

Humanismo e direitos humanos em tempos de necrogoverno

Robson Sávio Reis Souza¹

Resumo

O objetivo deste texto é apresentar uma análise preliminar de cenários que apontam para uma inflexão no ciclo das políticas de ampliação de direitos e nas tentativas de consolidação democrática e republicana no Brasil. Para muitos analistas políticos, com o advento do neoliberalismo, a partir da década de 1980, iniciou-se um processo de implosão dos estados de bem-estar social. Mais recentemente, uma onda ultraliberal e ultraconservadora abriu um novo ciclo, marcado pela voracidade no desmonte do estado social, restrição de direitos, controle e perseguição a movimentos e lideranças sociais, eclesiais e culturais, com a assunção de governos autoritários de extrema direita. No campo religioso, grupos neopentecostais que assumiram certo protagonismo nos últimos tempos, com grande poder econômico e midiático, têm fortes relações com os novos governos.

Palavras-chave: neoliberalismo; ultraliberalismo; neopentecostalismo; necropolítica; humanismo e direitos humanos.

Introdução

Muitos estudiosos, de diversas áreas, têm considerado que, com o advento do neoliberalismo a partir da década de 1980, iniciou-se um processo de implosão dos estados de bem-estar social.

No neoliberalismo, prevalece a ideia segundo a qual o Estado deve ser administrado como uma empresa. Pensado a partir de interesses privados, o Estado deixa de ter como base fundante o interesse público, respaldado na soberania popular e na centralidade dos cidadãos, para garantir os interesses de uns poucos.

No estado neoliberal, o espaço privado dos interesses de pouquíssimos² é alargado ao máximo e, ao mesmo tempo, o espaço público dos direitos dos cidadãos é encolhido, ao mínimo.

A política é criminalizada e o político deixa de ser um representante legítimo a mediar os vários interesses e conflitos sociais, políticos e econômicos; passa a ser um mero gestor, ocupado e preocupado com a eficiência de toda uma estrutura pública que, no neoliberalismo, é direcionada a maximizar os interesses econômicos e financeiros dos detentores do poder econômico em detrimento dos direitos dos cidadãos e dos interesses públicos. As desigualdades passam a ser encaradas como artimanhas da população

¹ Pós-doutor em Direitos Humanos; doutor em Ciências Sociais; professor do Departamento de Ciências da Religião e coordenador do Núcleo de Estudos Sociopolíticos (PUC Minas). É associado da SOTER e professor na FAJE.

² “1% da população global detém mesma riqueza dos 99% restantes, diz estudo”. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn. Acesso em 15ago2019.

empobrecida, acionando todo tipo de violências do aparato estatal, através do incremento do estado policial-penal e punitivo.

Nos termos do neoliberalismo é impossível uma democracia de fato. Instala-se um estado de exceção: uma suspensão temporal do estado de direito que vai se tornando, nos termos de Agamben (2004), um arranjo espacial permanente, que se mantém continuamente fora do estado normal da lei.

1 O cenário político contemporâneo no Brasil

Nesse contexto, é importante considerarmos, mesmo que rapidamente, algumas das variáveis que deflagraram uma série de conflitos sociais, políticos e culturais no país nos últimos anos. Partiremos dos eventos ocorridos em 2013, as chamadas “jornadas de junho”. Naquele momento, não somente no Brasil, mas em várias partes do mundo, uma série de atos de protesto questionava, entre outros, a democracia representativa. Vozes de diversos segmentos sociais, com interesses diferentes, demandavam mudanças substantivas no modelo esgarçado de governança democrática capitalista, no qual os representantes eleitos não representam os interesses da maioria dos eleitores.³

Havia evidências claras de múltiplas falências que, a rigor, apontavam para algo muito mais profundo: o esgotamento do modelo de democracia capitalista. Esse esgotamento pode ser percebido em várias dimensões: colapso do ecossistema; da política; da economia baseada na especulação; das instituições tradicionais da sociedade.

Uma guinada à direita começava a se esboçar à medida que as classes médias e os setores conservadores e grupos reacionários passaram a “disputar as ruas” (espaços tradicionalmente ocupados pelos movimentos sociais e grupos progressistas). No mesmo período, sinais do refluxo da crise econômica global (iniciada em 2008) batiam às portas do nosso país. E o sistema político foi incapaz de incorporar as reivindicações dos diversos segmentos que saíram às ruas naquele ano.

A violência (que sempre determinou a “ordem” das relações sociais no Brasil) para o enfrentamento do descontentamento popular tornou-se o recurso utilizado em doses cavalares, pelos governos, com ampla repercussão e apoio da mídia empresarial e por setores da classe média que tentavam se reposicionar num cenário de disputas reais e simbólicas.

O resultado das eleições de 2018 alterou profundamente certo equilíbrio das forças políticas nacionais que, desde a redemocratização (1985) e com a Constituição Federal

³ Veja também em: MARTINS, M. F., 2019, p. 41 - 68.

(1988), articulavam, a passos lentos, a construção de um estado de bem-estar social, tendo como fulcro os pressupostos consolidados, internacionalmente, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); ou seja, um estado que garantisse a todos os cidadãos além dos direitos liberais (civis e políticos), também os direitos sociais, econômicos, culturais...

2 Simulacros de democracia: cidadania regressiva

Uma visão liberal-conservadora define a democracia como um conjunto de regras procedimentais e formas de organização política: eleições livres, imprensa livre, partidos políticos, autonomia dos três poderes e acesso aos direitos de liberdade e igualdade. E, claro, a garantia da propriedade privada.

Acontece que os pilares de uma democracia de fato, para além de democracias meramente formais, são outro conjunto de valores sociopolíticos⁴, assim resumidos:

(1) a democracia cria, consolida, garante e amplia os direitos;

(2) ademais, a democracia valoriza os conflitos, portanto, as disputas sociais como algo legítimo. E, mais que isso, os conflitos, gerados por múltiplos interesses de grupos sociais são necessários para o aperfeiçoamento da própria democracia.

(3) a democracia é a afirmação da soberania popular; ou seja, todo poder vem do povo e não dos governantes, da burocracia estatal ou de grupos que se apropriam do Estado para a defesa de interesses privados e particulares.

Historicamente, o Brasil nunca foi um país efetivamente democrático. A violência multifacetada – em boa medida gerada pela exclusão social, por um sistema de justiça altamente seletivo, uma elite de mentalidade escravocrata e pelo patriarcalismo indutor de múltiplas formas de opressão - sempre impediu a efetivação de direitos da maioria da população por um lado e, por outro, desequilibra as disputas políticas à medida que a maioria do povo é sistematicamente esmagada por essa ordem social elitista, injusta e autoritária.

As relações de mando e obediência, características da hierarquização da sociedade brasileira, estão presentes no cotidiano das famílias, das igrejas, das relações de trabalho, nas escolas e em quase todos os espaços da vida, a definir uma cidadania marcada por privilégios de uns pouco e uma subcidadania - caracterizada pela não efetivação dos direitos - à maioria da população.

⁴ Cf. CHAUÍ, M., 2012.

A criação e efetivação de direitos é recente em nosso país. A Constituição Federal de 1988 e os governos seguintes deram alguns passos importantes para a construção de uma sociedade minimamente igualitária e justa. Mas, quando estávamos no caminho “civilizatório”, a sair de uma democracia meramente formal e de baixíssima intensidade para uma democracia mais inclusiva e igualitária veio, mais uma vez, de forma violenta e avassaladora, uma ruptura institucional, em 2016, com o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Os históricos segmentos refratários e violentos da sociedade brasileira (as elites econômicas do empresariado, dos bancos e do agronegócio; os setores retrógrados da classe média, representados pela bancada BBB [Bala, Bíblia e do Boi] no Congresso; a mídia empresarial; segmentos privilegiados dos militares e do sistema de justiça e setores religiosos neopentecostais) se uniram para golpear a trajetória de construção gradual de uma sociedade verdadeiramente democrática. Isso no contexto de uma gravíssima crise econômica que se abateu sobre o país, fragilizando ainda mais o governo central - já desgastado pelo processo eleitoral belicoso de 2014 e as jornadas de junho de 2013, a resultar na produção de uma “cidadania regressiva”:

Todavia, nos dias atuais, considerando os avanços de uma nova direita no Brasil e no mundo, surge uma terceira perspectiva do conceito aqui em discussão, qual seja a cidadania regressiva. Dela resulta um tipo novo de cidadão, que participa ativamente da vida comunitária e social, de atividades políticas, de organizações de diferentes tipos, atua nas ruas e em redes sociais, mas não para manter, ampliar ou conquistar direitos e bens materiais, simbólicos e sociais para todos e todas, e sim para reduzi-los, bem como ao Estado como fiador deles, deixando os indivíduos ao sabor de seu próprio mérito e empreendedorismo pessoal no jogo do mercado, sem reconhecer as desigualdades concretas que marcam cada um e torna dessemelhante a competitividade, e nem reparar dívidas históricas que determinadas formações sociais, como a brasileira, têm com alguns grupos sociais, vide a comunidade negra. (MARTINS, M. F. 2019, p. 46).

O importante é perceber que por trás do conjunto de atores sociais e políticos conservadores e segmentos reacionários que comandaram o processo de *impeachment* estão os interesses do poder econômico. Para aniquilar a democracia de fato, esses segmentos são os mentores de um modelo de governança que retira do povo a soberania e a transfere para os prepostos do deus-mercado.

O quadro mundial também deve ser considerado. A subalternidade da política à economia, característica do neoliberalismo global, ajuda a explicar a crise de legitimidade das instituições públicas, a centralidade do deus-mercado e a fragilidade de governos populares.

Assim, podemos falar de um estado de exceção - uma exigência do neoliberalismo, que reconfigura as estruturas do poder e do Estado a partir de uma lógica de exceção, corroendo até mesmo os pressupostos da democracia liberal (Agamben. 2004).

Trata-se de um estado de exceção porque convivemos com uma democracia sem povo, a serviço do mercado, e sustentada por medidas autoritárias dos três poderes amalgamados contra o povo e a Nação, como ocorre no Brasil contemporâneo.⁵

Portanto, a ruptura havida em 2016 se baseou num pressuposto segundo o qual o Estado, deve ser administrado como uma empresa. Como afirmado anteriormente, o Estado é pensado a partir de interesses privados; deixa de ter como base fundante o interesse público, respaldado na soberania popular, para se preocupar e garantir os interesses de uns poucos, em detrimento dos direitos de todos.

As contrarreformas aprovadas durante os governos de Michel Temer (2016 - 2018) e Jair Bolsonaro (2019) atendem aos interesses privados de uns poucos e contraria os interesses públicos da grande maioria do povo brasileiro. Caracterizam-se como um ataque direto às políticas públicas de promoção de direitos sociais e até mesmo de garantias individuais consolidadas na Constituição de 1988.

Nos termos do neoliberalismo é impossível uma democracia de fato. Só serve uma democracia tutelada pelos donos do capital ou por seus prepostos nos poderes do Estado. Portanto,

convém levar a sério a hipótese segundo a qual entramos num sistema social pós-democrático inédito na história, que rompeu com o velho sistema que articulava capitalismo nacional, Estado social, democracia liberal. Uma certa distribuição dos poderes entre o “político”, o “econômico” e o “social” era estabelecida, deixando às forças políticas e sociais uma margem de ação e um jogo de iniciativas e propostas. Entre essas forças, o sindicalismo participava do equilíbrio dinâmico de um capitalismo nacional regulado, garantindo, no entanto, avanços sociais e progressões salariais pela negociação e por uma conflitualidade relativamente instituída. Capitalismo e democracia parlamentar, mas também em parte social pareciam poder se conciliar até certo ponto. Com o neoliberalismo, essa conciliação não está mais na ordem do dia. O neoliberalismo, pela extensão de seus efeitos e manifestações, é um verdadeiro sistema político-econômico cuja originalidade é preciso apreender. Essa originalidade provém, inicialmente, do fato de que o neoliberalismo visa esvaziar a democracia (em sua dupla forma política e social) de seu conteúdo. Percebe-se melhor agora que as políticas neoliberais obedeceram a uma estratégia de “desdemocratização, segundo a fórmula de Wendy Brown⁶, que conduziu progressivamente ao estabelecimento de uma situação em que a “soberania popular”, na orientação das escolhas políticas, é destituída em proveito das “forças de mercado”. (DARDOT, P.; LAVAL, 2016, p. 09).

⁵ A facilidade da implementação de alterações constitucionais – que maculam profundamente o Estado de bem-estar social previsto na Constituição Federal de 1988 - desde o Governo de Michel Temer, com a conivência passiva do STF, evidencia o alinhamento dos três poderes com as reformas ultraliberais.

⁶ Cf. Wendy Brown, **Les Habits neufs de la politique mondiale**. Les Pairies Ordinaires, 2007.

3 Governo Bolsonaro: um necrogoverno⁷

É dentro desse novo quadro que foi eleito o presidente Jair Bolsonaro. O núcleo econômico do seu governo é ultraliberal: encabeçado por um banqueiro, Paulo Guedes, que já serviu a um dos ditadores mais sanguinários das Américas: Augusto Pinochet⁸.

O núcleo militar do governo é composto por oficiais das Forças Armadas (mais de 130, nos primeiro e segundo escalões do governo, em 2019) que continuam preocupados com os “inimigos internos”⁹ e, inebriados pelo poder, esquecem-se de proteger o país de ataques e interesses econômicos externos dos mais violentos.

O núcleo político encarrega-se do desmonte de políticas focalizadas, redistributivas e de proteção das minorias. Tem em figuras como Damare Alves (ministra de Direitos Humanos e Família), Onyx Lorenzoni (ministro da Casa Civil) e Abraham Weintraub (ministro da Educação) verdadeiros cruzados, que não demonstram compromisso com a ética pública e a justiça social.

O núcleo de controle social, que atua no adensamento do estado penal-policia-punitivo, tem no ex-juiz Sérgio Moro a missão do controle social, a ação ainda mais seletiva e violenta da justiça e a repressão aos grupos sociais de reivindicação.

No núcleo da política internacional, que objetiva o alinhamento incondicional do Brasil aos Estados Unidos, observamos figuras das mais anedóticas e autoritárias, como Ernesto Araújo e o filho do presidente, Eduardo Bolsonaro. Estão empenhados em colocar o Brasil submisso aos interesses do capital internacional especulativo.

⁷ O termo “necrogoverno” está associado ao termo “necropolítica”. Para Mbembe, A (2018), necropolítica é quando “a expressão máxima da soberania reside em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem pode morrer”, razão pela qual “matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais”. Como não é possível discutirmos neste texto essas terminologias, sugerimos MBEMBE, Achille, 2018 e VALVERDE, Clara, 2015.

⁸ Paulo Guedes doutorou-se na escola do ultraliberalismo econômico de Chicago, em 1978. Ao retornar para o Brasil em 1979, Guedes conseguiu apenas lecionar em tempo parcial em algumas universidades brasileiras. No entanto, no início da década de 1980, o economista recebeu um convite do governo ditatorial chileno para dar aulas na Universidade do Chile – que àquela época era dirigida por um general. Isto fazia parte da política de recrutamento de liberais para assessorar o governo e para dar aulas no Chile, este último com o objetivo de combater as ideias de esquerda da CEPAL, que dominavam o cenário acadêmico no país e parte do continente até então. Isto não aconteceu apenas no Chile, apesar de este país ter sido o caso mais extremado. No livro “Economists in the Americas”, observa-se que os EUA financiaram com bolsas, empregos e passagens aéreas inúmeras universidades na América Latina para que o liberalismo se expandisse e virasse o *mainstream* das escolas econômicas daqueles países – o que acabou acontecendo.

⁹ A doutrina de segurança nacional utilizava a expressão “inimigos internos” para perseguir todos os grupos políticos contrários à ditadura militar. A ditadura militar no Brasil e outros golpes patrocinados pela caserna foram a aplicação direta da Doutrina de Segurança Nacional, que foi a doutrina elaborada pelos EUA e que comandou suas ações durante a guerra fria. Seu conteúdo totalitário vem das concepções positivistas, que buscam transferir modelos da biologia para as sociedades contemporâneas.

No âmbito da cultura, a guerra -- que congrega vários atores dos núcleos acima mencionados --, é atuar em relação a valores, crenças, tradições religiosas, implantando um estado obscurantista, em associação com alguns segmentos neopentecostais. Aqui, entra o enfrentamento à educação: essa pseudoguerra da doutrinação ideológica, que inclui o projeto intitulado “escola sem partido”; a tal “ideologia de gênero”; o negacionismo da ditadura militar; a vigilância de professores; a reinserção nos currículos da disciplina “moral e cívica”; a inquisitória “lava-jato da educação” e sandices diversionistas, como a defesa do criacionismo e do terraplanismo.

4 Bolsonarismo e a questão religiosa

No campo religioso, observamos nas últimas décadas um decréscimo acentuado no número dos católicos e uma clara estratégia de empoderamento de algumas igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais e partidos políticos ligados a elas. O segmento (religioso) que mais cresce no Brasil é o neopentecostalismo, em boa medida formado por grupos ultraconservadores (no campo político) e ultraliberais (na economia), inclusive dentro de espectros do catolicismo. Além de apegados à “teologia da prosperidade”, serva fiel do capitalismo individualista e de um modelo de sociedade no qual Deus abençoa aqueles que têm dinheiro, muitos desses grupos também se associam a fundamentalismos, como a “teologia do domínio”: agem como cruzados e batalham por uma (re)cristianização do Ocidente -- que deveria se concretizar na conquista e no comando das dimensões política, econômica, cultural, educacional, entre outros, da sociedade.

Trata-se de um fenômeno que se estende à América Latina. Segundo o conceituado portal alemão *Deutsche Welle*,

o poder crescente de seitas evangélicas e partidos políticos "moralizadores" colocam as democracias latino-americanas à prova. (...) Paradoxalmente, apesar de essas sociedades terem avançado cultural e economicamente, também graças ao princípio liberal e protestante de que "os pensamentos são livres", o movimento neopentecostal ataca o Estado de opinião. O radicalismo de suas ideias contra as conquistas dessas sociedades abertas, como a abolição da pena de morte, a autodeterminação da mulher e o respeito aos direitos das minorias é difamado como uma suposta "ideologia de gênero" que pretende destruir a família e a moral. (Fonte: **Igrejas neopentecostais ameaçam a democracia na América Latina**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/opini%C3%A3o-igrejas-neopentecostais-amea%C3%A7am-democracia-na-am%C3%A9rica-latina/a-42511616>. Acesso em 11.nov.2019).

Os neopentecostais têm uma imensa capilaridade no Brasil. Eles estão em todos os rincões, com ações diretas de evangelismo marcadas por pregações liberais, conservadoras e pautas moralistas, salvo exceções. E agregaram ao governo eleito em

2018 uma parte considerável de apoio popular, dado que são capazes de articular bases sociais em torno de pautas muitas vezes periféricas (moralistas e de costumes).

Num país profundamente marcado pela mistura entre religião, cultura e poder, um fenômeno que precisa ser mais bem estudado no Brasil é a ascensão política dos evangélicos. O crescimento e o fortalecimento do neopentecostalismo, o grupo mais aguerrido do universo evangélico, se expressa não somente no aumento quantitativo, na expansão geográfica e no decréscimo do catolicismo, mas, fundamentalmente, na ocupação do poder do estado por esse segmento religioso.

Inicialmente, o pentecostalismo no Brasil se caracterizava pela ostensiva ocupação dos meios de comunicação de massa. A partir da atual década, seus líderes foram avançando nos espaços públicos de poder: primeiramente no Legislativo, através das chamadas “bancadas evangélicas” (nas câmaras municipais, assembleias e, principalmente, na Câmara Federal), assim como no Executivo. A eleição de Marcelo Crivella, da Igreja Universal do Reino de Deus, prefeito do Rio, em 2016, é sintomática. Ademais, a chefia de ministérios do governo federal por pastores, no período petista (2003 – 2015), apontava esse alargamento da ocupação do poder.

Observa-se também que, quando começaram a disputar os espaços de poder, as bancadas evangélicas estavam mais preocupadas na obtenção de benefícios tributários e benesses do Estado. Porém, a partir da década de 2010, numa guinada, políticos evangélicos passaram a defender uma agenda moralista e conservadora, de cunho fundamentalista.

Há que se considerar, ainda, a gradual perda de poder da Igreja Católica. Como se não bastasse a perda de católicos para os segmentos evangélicos, o afastamento da hierarquia católica das questões sociopolíticas foi marcante durante os papados de João Paulo II (1978 – 2005) e Bento XVI (2005 – 2013), com profunda repercussão nos movimentos de base e nas pastorais eclesiais.

Os planos de ocupação político-institucional do poder pelos evangélicos não são novos. Resumindo um movimento mais recente: primeiro, aproximaram-se dos governos petistas, alargando seus espaços de poder. Simultaneamente, passaram a disputar eleições em vários partidos: hoje, há evangélicos em mais de 20 agremiações. Surfaram na onda da criminalização da política e dos partidos pela mídia. Articularam-se com *think*

tanks norte-americanos¹⁰ na difusão e defesa intransigente de ideologias ultraliberais. E, com Bolsonaro, chegaram ao poder com a distorção e a corrupção do debate político nas eleições, que deixou de lado os problemas reais do país para focar na pauta moralista e de costumes, tendo nas redes sociais, através da disseminação de *fake news*, o principal meio para entreter incautos e arregimentar um exército de combatentes raivosos e fundamentalistas. Afinal, combater fantasmas é mais fácil que enfrentar e resolver os problemas reais. Ademais, serve para distrair a população dos debates relevantes nas redes sociais e atizar a ira "santa" de fundamentalistas religiosos e analfabetos políticos.¹¹

É nesse contexto que a coalizão encabeçada pela bancada evangélica, em associação com as bancadas ruralista e da bala, é a base de sustentação social do governo de Jair Bolsonaro, a substituir o modelo de governança conhecido como presidencialismo de coalizão -- que se organizava a partir dos partidos políticos. Como se não bastasse, para se manter no poder, utilizam estratégias de uma guerra semiótica e híbrida, via redes sociais.

5 Um governo contra os direitos humanos e o humanismo

Saímos de governos que historicamente se impuseram ou foram coniventes com a violência estrutural que molda a sociedade brasileira para um necrogoverno: um governo que mata e destrói, como podemos observar nos principais desacertos e violências do governo Bolsonaro nos seus primeiros seis meses¹²: na agricultura, com a liberação de dezenas de agrotóxicos; no meio ambiente, a auto-regulamentação e o alinhamento com o agronegócio na sua feição mais predatória; na ciência e tecnologia, profundos cortes nos programas de pesquisas e bolsas; na cultura, uma guerra obscurantista; na defesa, a tentativa de cessão de bases aos Estados Unidos, a venda da Embraer e a fragilização dos projetos estratégicos; no desenvolvimento agrário, retrocesso total da política de reforma agrária e caçada aos movimentos sociais do campo; nas políticas de direitos humanos, a criminalização dos movimentos sociais, a perseguição aos indígenas, usuários

¹⁰ São instituições que financiam formadores de opinião ultraliberais na mídia, em espaços acadêmicos e junto a grupos religiosos neopentecostais dentro do protestantismo e do catolicismo. Essas instituições dos EUA investem há muito tempo na formação de uma ampla rede de influenciadores que atuam em universidades, imprensa, igrejas, clubes de serviço, empresas, ONG's, sociedades secretas, divulgando princípios ultraliberais e antidemocráticos, com impacto em amplos segmentos da vida social. Esses influenciadores criaram uma imensa rede de agentes políticos que são incapazes de defenderem valores democráticos; odeiam quaisquer políticas que visam a justiça e a igualdade e só exaltam os valores e interesses privados e individualistas. São contra um estado social e preferem entregar todo o patrimônio nacional aos estrangeiros desde que seus privilégios de classe sejam mantidos.

¹¹ Veja também: "Os pastores de Trump chegam à Brasília de Bolsonaro. Disponível em: <https://apublica.org/2019/08/os-pastores-de-trump-chegam-a-brasilia-de-bolsonaro/>. Acesso em 15ago2019.

¹² Este resumo foi apresentado em julho de 2019, no 32º Congresso Internacional da SOTER.

de drogas, moradores de rua, LGBT's; na educação, o escola sem partido, o ensino à distância, o corte de bolsas de pesquisa e dos orçamentos de todas as modalidades de ensino, principalmente universitário, e a reforma curricular; na economia, a “abertura” do setor financeiro aos megabancos estrangeiros e a destruição dos bancos públicos; na indústria, a abertura comercial radical e unilateral; na justiça, o apoio ao armamento, o “pacote Moro”, a liberação e aprovação da violência policial; no setor energético, a destruição gradual da Petrobrás e da Eletrobrás; na previdência, a privatização e destruição da Previdência Pública; nas relações exteriores, o alinhamento incondicional com os Estados Unidos, a saída disfarçada dos BRICS e a desarticulação do Itamaraty, além da violação dos princípios de não intervenção e autodeterminação; na saúde, a liberação da venda de cigarros, a gradual privatização do SUS, a volta dos manicômios, a internação compulsória, o investimento em comunidades terapêuticas acusadas de violações de direitos, o descontrole das epidemias; no trabalho, a extinção do Ministério e forte redução de direitos; nos transportes, a precarização do sistema de controle de velocidade (radares), a disfarçada liberação de “rebites” para motoristas, a concessão de rodovias, ferrovias e portos em larga escala.

Não se trata da redução do Estado ao mínimo; mas na sua quase eliminação. Inclusive com a criminalização dos servidores (públicos), o corte de cargos, a proibição de concursos públicos e a desconcentração de competências da União.

Um governo que aposta no esgarçamento total do Estado e do tecido social e no estímulo ao hiper-individualismo, como corolários do autoritarismo ultraliberal.

Bolsonaro e seu clã agem como uma espécie de “agitadores fascistas”: demandam adesão ideológica das massas, num jogo entre ameaçadores versus ameaçados a justificar uma cruzada moralista, autoritária e religiosa contra os valores democráticos e os direitos humanos.

Radicalizam a raiz da brutalidade constitutiva da sociedade brasileira (a violência estrutural), expressas na violência da virilidade patriarcal, no autoritarismo da caserna e da justiça e no nosso cinismo de nascença. Tudo como se fosse um jogo onde a violência e o gracejo se misturam com a brutalidade sanguinária, a rigidez do militarismo, o moralismo religioso e os desejos pervertidos da construção de uma sociedade governada por “homens puros e de bem”.

É preciso registrar que o governo Bolsonaro surge, também, como uma ameaça totalitária. Além de Bolsonaro personificar, em certa medida, os estereótipos de um ditador

populista, o mais preocupante é que o núcleo do totalitarismo está nas instituições sociais e políticas quando (elas) se tornam homogêneas. E o alinhamento dos poderes da República (Congresso e STF) a ideais autoritários do presidente de plantão podem indicar essa tenebrosa perspectiva. As bancadas ultraconservadoras no Congresso e a fragilidade e dubiedade do STF fazem jus a esse diagnóstico.

No governo Bolsonaro instala-se o ultraliberalismo que é uma forma contemporânea do totalitarismo. Nesses termos é impossível uma democracia de fato. Afinal, a destruição Constituição Federal de 1988 e das bases do estado social significa o total desprezo dos direitos humanos e negação na construção de uma sociedade baseada em valores republicanos e democráticos.

referências bibliográficas

AGAMBEN, G. Estado de exceção. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

DARDOT, P.; LAVAL, C. O neoliberalismo, um sistema fora da democracia. (Tradução Martha Costa). Nº 09, abril 2016, pp 01 -18. Revista Fevereiro. Disponível em: <http://revistafevereiro.com/pag.php?r=09&t=18>. Acesso em 12nov2019.

CHAUÍ, M. Democracia e Sociedade Autoritária. Revista Comunicação & Informação. V. 15, n. 2, p. 149-161, jul./dez. 2012.

MARTINS, M. F. Educação, cidadania regressiva e movimentos sociais regressivos: o MBL em questão. Revista Crítica Educativa (Sorocaba/SP), v. 4, n. 2, p. 41-68, jul./dez.2018. ISSN: 2447-42232019.

MBEMBE, Achille: Necropolítica. N-1 Edições, São Paulo, 2018.

SAFATLE, V. Cartas sobre a mesa. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2018/06/cartas-sobre-a-mesa.shtml>. Acesso em 07nov2018.

STEFANO, Zamagni. Uma economia que mata. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584388-uma-economia-que-mata>. Acesso em 24fev2019.

SOUZA, R. S. R. Da violência estrutural ao necrogoverno: breve radiografia do Bolsonarismo. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589960-da-violencia-estrutural-ao-necrogoverno-breve-radiografia-do-bolsonarismo>. Acesso em 09jul2019.

SOUZA, R. S. R. Direitos Humanos em tempos sombrios: uma análise do Brasil contemporâneo. Anais da SCAP: Brasil em transe: democracia, tecnologia e direitos humanos. Belo Horizonte, PUC Minas, 2018, pp. 65-112 (e-book). Disponível em: <https://issuu.com/anaisdascap/docs/brasilemtranse>. Acesso em 11nov2019.

VALVERDE, Clara: De la necropolítica neoliberal a la empatía radical: violencia discreta; cuerpos excluidos e repolitización. Editorial Icaria, 2015.